

12 - Considerações finais

Bruno Nadai

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NADAI, B. Considerações finais. In: *Progresso e moral na filosofia da história de Kant* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 411-415. ISBN 978-85-68576-88-5.

<https://doi.org/10.7476/9788568576885.0013>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

12

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Primeira Parte do livro mostrei que a história filosófica kantiana se justifica como filosofia crítica da história a partir dos interesses teóricos e práticos da razão. Ancorada na necessidade teórica de compreender a natureza como sistema e/ou na necessidade prática de admitir como possível a exequibilidade dos deveres da razão pura prática, a filosofia da história se deixa pensar como parte integrante do sistema da filosofia crítica de Kant.

Mas sobre essa filosofia da história paira uma recorrente objeção, segundo a qual a ideia de desenvolvimento moral por ela pressuposta estaria em contradição com a fundamentação transcendental, *a priori* e, portanto, a-histórica da moralidade. Assim, todo o trabalho da Primeira Parte deste livro teria sido em vão caso esta objeção se mostrasse consistente, pois deveríamos então concluir que, embora justificada sistematicamente, a filosofia da história terminaria por levar à dissolução de dualidades fundamentais da própria concepção kantiana de moralidade, i.e., à dissolução do próprio sistema filosófico kantiano.

Daí que na Segunda Parte deste livro tenhamos buscado mostrar que não há efetivamente contradição entre a ideia de progresso moral e a fundamentação transcendental da filosofia moral. Pensada como desenvolvimento da aptidão humana para o uso da razão, a noção de desenvolvimento histórico das disposições originárias humanas (em especial, a noção de

desenvolvimento da disposição moral) permite que se compreendam como compatíveis as ideias da validade a-histórica do princípio objetivo da moral e a concomitante necessidade de um desenvolvimento histórico da disposição humana subjetiva para adotar este princípio como motivo suficiente de determinação do arbítrio.

Segundo Kant, a disposição moral dos seres humanos se define como a disposição a adotar o princípio objetivo da moral como princípio subjetivo de determinação do arbítrio. Esta disposição precisa ser desenvolvida e, por isso, o filósofo compreende o progresso de desenvolvimento do uso da razão como um processo de aprendizagem histórica. Tal processo é conduzido pelas sucessivas gerações, as quais, educando-se umas às outras e promovendo o desenvolvimento da disposição moral, levam adiante o melhoramento moral da posteridade.

A partir daí, desenvolvi a ideia de que o progresso político pode ser compreendido como preparação ou facilitação do progresso moral da humanidade. Apresentei argumentos que permitiram indicar certos arranjos institucionais (especialmente, a necessidade de a constituição civil justa facultar o esclarecimento ou uso público da razão e de que sejam criados institutos educacionais responsáveis pela educação moral dos cidadãos) aos quais Kant atribui a possibilidade desta passagem da política para a moral. Por fim, procurei desenvolver uma interpretação capaz de tornar compreensível de que modo a aparência de moralidade (presente no decoro, nos bons modos e, de modo geral, nas ações *conforme ao dever*) pode contribuir para o melhoramento moral dos seres humanos. Mostrei ainda que a civilização e a cultura (isto é, o desenvolvimento das disposições técnica e pragmática e o progresso político da humanidade) embora não constituam um passo moral, não são destituídas de todo e

qualquer valor moral e devem ser compreendidas como um passo para a moralidade.

Apesar disso tudo, é preciso ressaltar, a filosofia da história (por conformar-se aos limites da filosofia *crítica*) não oferece nenhum conhecimento de ordem teórica sobre a possibilidade da moralidade. Além das razões sistemáticas apontadas nos capítulos 3 e 4 que fundamentam esta afirmação, vimos também no final do capítulo 11 que a moralidade do agente radica incontornavelmente em sua autodeterminação subjetiva, isto é, na liberdade do arbítrio de determinar-se (ou não) segundo o que exige a razão pura prática. Por isso mesmo, resta inexplicável de que modo “um ser humano naturalmente mau” pode se fazer “um ser humano bom”. Penso que, levada ao limite, a exigência de que se *explique* como é possível que fins morais sejam realizáveis ou como se efetua a moralização do indivíduo ou da espécie implicaria extrapolar os pressupostos do sistema kantiano.

Uma explicação final ao problema de como a política, o direito, a civilização e a cultura podem promover o desenvolvimento da disposição moral, levando o ser humano mau a fazer de si mesmo um ser humano bom, implicaria dissolver dualidades sistemáticas estruturantes da filosofia prática kantiana (ser e dever ser, natureza e liberdade etc.). Não obstante, isso não impediu Kant de problematizar as condições de realização da moralidade, as relações entre progresso político e moral, as implicações do desenvolvimento das disposições técnica e pragmática para o desenvolvimento da disposição moral, a possibilidade de que a aparência de moralidade se impregne na intenção dos agentes e ofereça condição para que ele a converta numa intenção moral etc.

Lendo a filosofia da história de Kant talvez nos instruamos um pouco mais sobre as condições de possibilidade do

progresso (político e moral) humano desde o mau até o bem, sem que possamos por isso determinar *que* o curso do mundo se dará segundo tais condições. Sem que possamos *conhecê-lo*, podemos ao menos *pensar* o futuro moral da espécie humana. A consciência da lei moral permanece sendo *ratio congoscente* da liberdade, dada a nós como um fato da razão. Mas nem por isso devemos deixar de pensar sobre as condições segundo as quais a liberdade pode se realizar no mundo. Resta ao filósofo crítico da história apresentar hipóteses, assentadas em razões subjetivas (teóricas e práticas), que permitem conceber ao menos como possível, numa progressão que se estende indefinidamente, o acordo entre o mundo (as leis natureza) e a moralidade, que tem na liberdade sua *ratio essendi*.

Nada impede que outra perspectiva filosófica se proponha a reunificar ser e dever ser recorrendo à figura de um espírito absoluto que se expressa seja por meio de uma narrativa reversa, a reunificar a unidade da experiência da consciência, seja a partir da postulação de que toda efetividade histórica é desde sempre necessariamente racional. A tentação a adotar esta perspectiva pode ser grande, afinal, nestes termos, a solução dos dilemas éticos, políticos e morais contemporâneos, alcançada na realização da moralidade numa forma superior da racionalidade prática (a eticidade), parece estar ao alcance da mão. Restaria ao filósofo reconciliar-se com seu tempo, com as instituições de sua época e... baixar a guarda. Mas o preço a pagar por uma solução deste tipo talvez seja a perda dos critérios normativos que permitem tomar distância da experiência histórica e fazer a crítica do tempo presente e suas instituições.

Tal como eu entendo, as dualidades do sistema prático kantiano e a inexplicabilidade da liberdade não devem nos aparecer como um convite a fechar as páginas das três *Críticas*, da

Fundamentação, da Metafísica dos costumes, da Religião nos limites da simples razão ou dos textos kantianos sobre política e filosofia da história, para logo passar ao próximo capítulo da história da filosofia. Seria apressado demais ignorar que, talvez, parte fundamental do sentido geral e da atualidade do pensamento do filósofo cosmopolita de Königsberg se encontre nestas dualidades mesmas, nas tensões com que elas nos obrigam a conviver e nas passagens que elas convidam a realizar.

Quero dizer, com isso, que parte da profundidade e grandeza da obra de Kant talvez resida em que ele não deixou de pensar o problema de como o princípio normativo que deve orientar nossos juízos práticos, e serve de critério de legitimidade das instituições, pode vir a ser efetivamente realizado no mundo. A história filosófica de Kant é mais um destes momentos em que o filósofo se vê as voltas com ideia de realização dos fins morais no mundo social. E esta filosofia da história se revela tanto mais interessante quando percebemos, como espero ter mostrado ao longo deste livro, que a realização da moralidade no mundo é pensada por Kant sem que ele jamais renuncie ao princípio moral fundamental que está na base do sistema de sua filosofia prática.